

CAPÍTULO 4

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITO A MORADIA

ALINE DAS MERCÊS MOURA
DAIANE RODRIGUES DA SILVA
JHENIFFER ELIZABETH DOS SANTOS LUIZ
THARCILA DE ALMEIDA GUIMARAES

*“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na
palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.*

PAULO FREIRE



Esse capítulo tem a perspectiva de construir diretrizes metodológicas que visam abordar o tema, “Pessoas em situações de rua e direito à moradia”, para alunos do ensino fundamental - EJA; sobre um público considerado invisível para o poder público brasileiro, problema que cresce a cada dia perante os olhos da sociedade, e que agride diretamente a dignidade humana, daqueles que vivem essa triste realidade.

Orientado pela professora Julia Tadeu Silva dos Santos e Paula, os graduandos do 6º módulo da escola das licenciaturas da UNISUAM organizaram-se em equipes de trabalho para elaboração de um e-book, cujo título é: Ambientes inovadores de aprendizagem: os saberes desenvolvidos pelos alunos do 6º módulo da escola de licenciatura da UNISUAM.

Os temas foram previamente sugeridos pela professora orientadora, sendo esses necessários de serem observados, trabalhados e analisados pelo cenário acadêmico, cuja premissa é minimizar os efeitos negativos causados por situações que não podem ser naturalizados pelo imaginário social.

Nesse sentido, nosso time de trabalho, objetiva, por meio deste capítulo, produzir um material didático-pedagógico com orientações básica e elementar que possam gerar, a médio e longo prazo, a melhoria nas condições vivenciadas no cotidiano da população de rua, situado na região de Bonsucesso, por meio dos (as) alunos (as) da EJA, que tiverem acesso a essa proposta educativa.

Ao falarmos sobre pessoas em situação de rua, temos em mente um estereótipo que mancha a imagem desses cidadãos, criando assim barreiras que impedem um possível amparo/cuidado ao grupo em discussão.

Pautados nos relatos, apresentados por essa população, desenvolveremos nessa unidade, atividades e estratégias que ocasionem possíveis benefícios a população que reside nas ruas do Rio de Janeiro.

Afinal, o direito à moradia está assegurado no artigo 6º da Constituição da República de 1988, sendo esse um direito social. O benefício à moradia é uma competência comum da União, dos estados e dos municípios. A Eles, conforme aponta o texto constitucional, cabe “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 2018). Determinação essa ampliada após a Emenda Constitucional nº 26/2000.

Segundo Cristiane Guinâncio professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB) (Brasil, 2018): a inclusão da moradia no rol dos direitos sociais dos cidadãos representa um grande marco para melhoria do atendimento por parte dos governos,

A Lei nº 14.620 de 13 de julho de 2023, em seu artigo 1º apresenta políticas necessárias que amplia o direito à moradia ao cidadão brasileiro:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança

socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os arts. 3º e 6º da Constituição Federal.

Assim, é nosso objetivo: Ouvir as pessoas em situação de rua e elaborar possíveis estratégias que reduzam as consequências negativas vividas por esses brasileiros desassistidos, por meio da ação dos alunos do ensino fundamental que farão parte dessa proposta socioeducativa.

Afinal, como afirma Paulo Freire (2000, p. 31), “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Acreditamos ser esse o pilar da educação a ser tratado nesse capítulo

O módulo estudado nesse semestre foi ambientes inovadores de aprendizagem, elencamos o CRAS de Bonsucesso como um espaço inovador de aprendizagem, para iniciarmos essa desafiadora proposta, cuja meta é orientar esses “cidadãos de direito” para busca de seus direitos constitucionais.

O material elaborado direciona-se para dois públicos distintos: alunos (as) da modalidade EJA referente à 1ª etapa do ensino fundamental e os moradores de rua que transitam próximos ao CRAS de Bonsucesso.

Organizaremos nosso capítulo a partir dos seguintes tópicos:

- No primeiro tópico faremos um relato de experiência sobre a vida das pessoas em situação de rua utilizando como metodologia “roda de conversa”
- No segundo tópico apresentaremos um mapeamento das pes-

soas em situação de rua com o objetivo de verificarmos quais as áreas de maior concentração;

- No terceiro tópico construiremos propostas e direcionamentos pedagógicos, cuja premissa é minimizar os impactos vividos por essa população.

Proposta 1: Preparando os (as) alunos (as) da EJA

Proposta 2: Aprendendo sobre seus direitos como cidadãos brasileiros.

Proposta 3: Possibilidade do retorno para a escola.

Proposta 4: Entendendo a prática.

- No quarto tópico abordaremos os impactos desejados e demais considerações.

I - Relato de experiência:

Fizemos uma visita ao entorno da CRAS Nelson Mandela situado em Bonsucesso, na Rua Abolição, local em que os moradores habitualmente se abrigam. Infelizmente, é comum ver famílias em situação de rua nessa localização e nossa equipe formada por quatro graduandas, abordaram esses indivíduos para ouvir suas experiências e histórias.

Após, promover um lanche comunitário para esse grupo, as graduandas explicaram a pesquisa que estava sendo realizando e o objetivo que essa se propõe, alguns não se sentiram confortáveis em dividir seus relatos e sua vivência, porém uma senhora de 70 anos, preta e com dois netos concordou em falar sobre sua história.

Contou que, desde a infância, sua vida não foi nada fácil e sobre sua experiência na rua e fora dela, já que a senhora X

(ocultaremos o nome) não viveu toda sua vida nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Essa senhora, em sua infância, não teve a possibilidade de continuar a estudar, porque após a morte do seu pai, ela e suas duas irmãs tiveram a necessidade de trabalhar, já que sua mãe, dois anos após a morte do pai, não resistiu à depressão e acabou por desistir da vida.

Aos dez anos trabalhou em uma casa de família e com eles morava, não tinha seus direitos assegurados e disse ter sofrido inúmeras agressões e passado por situações desumanas. Seja por palavras que a desqualificavam, ou por agressão física, tendo seu corpo agredido quando não realizava as tarefas com perfeição.

Assim, a escola foi ficando para trás e tudo que lembra é dos momentos de leitura realizada pela professora e as brincadeiras com seus colegas, a Sra. X não concluiu nem o antigo primário.

Aos dezessete anos, já era casada e com o primeiro filho, sua moradia era um barraco na Rua da Ladeira, local onde tinha um conjunto de casas construídas sobre um terreno pertencente ao INSS de Ramos. Na época esse “morro” era dominado por bandidos e havia uma questão de insegurança e falta de saneamento básico.

Após anos, morando na mesma localidade a Senhora X vivenciou a queda do poder paralelo, e conseqüentemente melhorias chegaram ao local, sua família vive um breve período de estabilização.

Entretanto, aos vinte e seis anos seu esposo morre em decorrência de uma overdose. E mais uma vez sente-se totalmente desamparada, os serviços de lavar e passar roupa não dava conta

de sustentar a ela e seus dois filhos.

Em meio a todas essas turbulências, recebeu uma proposta para vender seu local de moradia por uma pequena quantia em dinheiro e mais um “puxadinho” em uma invasão próxima a Avenida Brasil, em uma antiga fábrica de biquíni.

Lá viveu até o ano de 2010, porém em decorrência de dívidas de drogas de moradores a localidade tornou-se extremamente violenta e foram obrigadas, ela e a filha, a saírem do local, para sua segurança e do resto da família, nessa época seu filho já não estava mais vivo.

Atualmente a Sra. X “mora” próxima a ponte da Trans-Carioca, onde cria seus netos, com o pouco dinheiro arrecadado por reciclagem, a sua filha está na sua 3ª internação em um abrigo religioso que auxilia pessoas dependentes de drogas.

Quando tem possibilidade, a citada senhora paga R\$ 2,00 para dormir nesse “teto” feito embaixo da ponte. Seu neto tem 17 anos, também não continuou os estudos, ajuda sua avó na coleta de latinhas, papelão, etc.

Algumas vezes vende água no trânsito ou balas e ajuda sua avó a cuidar da sua irmã de 11 anos que está matriculada na Escola Yuri Gagarin.

Outro relato impactante é a história triste e complexa de uma família composta por uma mãe e três menores vivendo em situação de rua. Uma mulher que, devido à dependência química, encontrava-se em situação de moradia precária, vivendo nas ruas.

Uma criança com sete anos, outra com três anos e o menor com apenas um ano. Diante das dificuldades, solidão e desespero, a mãe desses menores procurou apoio em uma Creche

comunitária e implorou por vagas para os dois filhos mais novos, mesmo sem registro de nascimento; por compaixão a coordenação pedagógica permitiu a inclusão das crianças na instituição.

Se principal foco foi garantir a esses pequenos, vitimados por situações adversas, recebessem educação, acolhimento e uma alimentação adequada, já que sua mãe também era uma cidadã dilacerada pela inadequação do sistema público em suprir as necessidades básicas de sua população.

A situação se tornou ainda mais complicada quando o filho de sete anos teve que assumir a responsabilidade em buscar os irmãos na escola quando a mãe estava incapaz de buscá-los devido ao uso do crack. Isso colocou uma responsabilidade no menor, interrompendo sua própria educação e infância.

A secretária de um dos EDIS, localizado na comunidade da MARÉ, matriculou a mãe desses menores em uma escola, na modalidade da EJA, com o intuito de oferecer e garantir subsídios que minimizassem o caos vivenciado por essa mulher.

A diretora da unidade escolar em que o menino de sete anos estudava, informou que as crianças tinham sido encaminhadas para famílias adotivas ou para instituições de cuidado infantil e com grandes chances de serem separados.

II- Mapeamento das pessoas em situação de rua:

Durante nossa pesquisa verificamos que o bairro de Bonsucesso e Ramos, possui uma concentração de pessoas em situação de rua, sobretudo, próximo as favelas dos complexos do Alemão, da Maré e do CRAS que auxiliam e abrigam

uma pequena parte desses indivíduos.

Entretanto, para que ocorra a real assistência às pessoas em situação de rua, é relevante desmistificar a ideia de que apenas dependentes químicos estão nas ruas e que todos roubam ou encontram-se nessa situação por não buscarem outras oportunidades.

Nas ruas existem cidadãos de direito, que necessitam de políticas públicas que os dêem acesso ao que é determinado por lei. Conforme afirma Silva (2006):

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestável das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho. E, como tal é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas, principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa (SILVA, 2006, p. 21).

Logo, essa população não é devidamente amparada pelo Estado, ficando a mercê de ações assistencialista para sobreviver. Pesquisa elaborada pelo Brasil escola, Wagner de Cerqueira e Francisco [20--] apresentam que:

Entre a população em referência predominam as pessoas do sexo masculino (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) e que nunca estudaram ou não concluíram o ensino fundamental (63,5%). Em relação à cor, 39,1% são pardos, 27,9% negros, 29,5% brancos, 1,3% indígenas, 1% amarelo oriental e 1,2% de cor não identificada.

Essas pessoas tendem a viver em bairros residenciais e buscam maneiras de ter seus direitos respeitados e a fome diminuída por ações altruístas de “vizinhos”, religiosos e ONG’s que atuam para assegurar o direito momentâneo da vida, combatendo a fome e insegurança.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) houve um crescimento de 38% da população em situação de rua no Brasil no período entre 2019 e 2022, que alcançou o alarmante número de 281.472 pessoas.

Uma das causas para esse aumento foi à pandemia de Covid-19 que assolou a população brasileira, com isso, a cada 761 brasileiros 1 se encontra em situação de rua.

III- Propostas e direcionamentos pedagógicos:

Proposta 1: Preparando os (as) alunos (as) da EJA:

Objetivos da Atividade: Promover a Compreensão das realidades das pessoas em situação de rua, para a construção de propostas socioeducativas a favor desses cidadãos.

A primeira etapa da proposta abordada, em tópicos ante-

riores, será a capacitação dos alunos da EJA – educação de jovens e adultos para atuar com as pessoas em situação de rua, para tanto, serão necessárias abordagens educacionais, que gerem empatia, pelo público em questão.

Iniciaremos a atividade com uma roda de conversa sobre as causas e os desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua;

Em seguida convidaremos especialistas como assistentes sociais ou pessoas que já vivenciaram a experiência de rua; para compartilharem suas histórias de vida. É importante criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e colaborativo.

Serão promovidos debates sobre as diferenças e dificuldades presentes na sociedade; cuja premissa é sensibilizar os alunos à participar da nossa atividade.

Superação e admiração:

Os alunos da EJA serão incentivados a narrar suas histórias e contar para os demais alunos suas vivências, o que os fizeram parar os estudos ou impossibilitaram de terminar no período regular, assim estaremos os preparando para que ao realizar a abordagem com as pessoas em situação de rua, tenham direcionamento adequado para o diálogo e assim possam desenvolver nesse aluno em potencial o desejo de voltar aos estudos.

Proposta 2: Aprendendo sobre seus direitos como cidadãos brasileiros.

Nossa primeira proposta para a turma da EJA será uma

pequena palestra informal no CRAS. Para tanto, os alunos que irão participar deverão se organizem em grupos de cinco participantes.

A abordagem será sobre o DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009, que aborda os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade, que retrata os seguintes aspectos:

- I - Respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - Direito à convivência familiar e comunitária;
- III - Valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - Atendimento humanizado e universalizado; e
- V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Cada aluno terá 10 minutos para falar sobre o seu tema e ao final abrir uma roda de conversa com as pessoas presentes para retirada de dúvidas e também promover uma interação entre os alunos da EJA e as pessoas em situação de rua.

O objetivo dessa atividade é levar o aluno da EJA a perceber a importância de o cidadão brasileiro compreender seus direitos. Dessa forma o aluno aprende fazendo, além de sensibilizar as pessoas que irão participar com os alunos, pois, irão se aprofundar em temas importantes para a sociedade.

Proposta 3: Possibilidade do retorno para a escola.

A segunda proposta será promover um encontro entre as pessoas em situação de rua, que participaram da primeira proposta e a turma da EJA, juntamente com os gestores da escola, assim será feita uma roda de conversa cujo objetivo, será dialogar com

esses sujeitos sobre o retorno à escola, pois, nesse local poderiam ter acesso a saberes e orientações que os conduziram a seus direitos legais e conseqüentemente a possíveis melhorias da situação atual situação em que vivem.

Cada aluno da EJA irá contar seu relato sobre suas experiências de vida antes e depois de voltarem para escola e o que esperam do futuro para si e o futuro que desejam para essas pessoas situação de rua.

Os alunos também irão explicar sobre as vantagens de voltar a estudar para conseguir um futuro diferente do vivido hoje.

Ao final os alunos irão fazer um levantamento de quantas pessoas tem o interesse de voltar para escola e irão auxiliar essas pessoas nos trâmites legais para retomarem os estudos.

Proposta 4: Entendendo a prática.

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem o direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso são determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentário e as políticas públicas que foram criadas para combater tais questões, como Bolsa família, programa Minha casa minha vida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015 - artigos 6º, com redação dada pela Emenda Constitucional n 90º, de 2015).

Por maior que seja complexo esse desafio, devemos traçar caminhos para que haja espaços de debates e enfrentamento, cuja premissa e mover os obstáculos que impedem a assistência necessária a população de rua. “Me movo como educador, porque,

primeiro, me movo como gente” (Freire - 1996, p. 49);

Temos o compromisso ético, moral e social com o território que nos rodeia, e a educação deverá ser uma ferramenta a favor da sociedade e dos cidadãos que dela fazem parte.

“A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber” (Freire, 2000, p. 40).

IV- Impactos desejados:

Nós como professores temos como objetivo impactar positivamente a sociedade em que vivemos e conseqüentemente nossos alunos, a partir dessas atividades propostas desejamos auxiliar os alunos da EJA a ter um olhar crítico e sensível com as pessoas em situação de rua.

É a partir do aprendizado desenvolvido com a leitura do capítulo e desenvolvimento das atividades propostas que a turma desenvolverá habilidades sociais como o respeito pelo próximo, empatia e também a resolução de problemas que possivelmente geraram resultados no cenário social.

Os impactos dessas ações não serão somente benéficos para os alunos da EJA, mas também para as pessoas em situação de rua, pois é a partir das atividades desenvolvidas pelos alunos que essas pessoas em vulnerabilidade social, começaram a aprender e entender sobre a possibilidade de criar um futuro diferente para si a partir da educação.

Com isso desejamos auxiliar no aprendizado dos alunos de EJA de forma real e conseqüentemente facilitar o acesso das pessoas em situação de rua aos seus direitos como cidadãos brasileiros.

RESULTADOS PRELIMINARES:

Nesse trabalho percebemos fatores que ocasionam a situação de rua. É o resultado de uma série de fatores interligados, como perda de moradia por falta de recursos financeiros, problemas de saúde mental, vício em drogas, falta de suporte familiar, desemprego, traumas ou violência familiar.

Compreendemos que essas causas foram cruciais para abordar o problema de forma clara e objetiva, para essas pessoas que passam as noites dormindo nas ruas, nas praças, embaixo de viadutos e pontes.

Além desses espaços, eles também fazem uso de locais degradados, como prédios e casas abandonados e carcaças de veículos, com pouca ou nenhuma higiene.

Com isso, pode-se vislumbrar que esse trabalho acadêmico, vai ao encontro as necessidades e desafios educativos vivenciados pela pós-modernidade.

Sendo assim, cabe a nós professoras em formação, investigar a realidade em que estamos inseridos e buscar alternativas que minorem os impactos negativos, causados por situações semelhantes ao aqui pesquisado.

Por mais complexo que seja esse desafio, devemos traçar caminhos para que haja espaços de debates e enfrentamento,

cuja premissa é mover os obstáculos que impedem à assistência necessária a população de rua.

Temos o compromisso ético, moral e social com o território que nos rodeia, e a educação deverá ser uma ferramenta a favor da sociedade e dos cidadãos que dela fazem parte.

“A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber” (Freire, 2000, p. 40).

Pois, por meio desse trabalho, no formato e-book, poderemos sensibilizar os demais companheiros de profissão e ainda construir um olhar humanizado para com essas pessoas em situação de degradação e infelicidade e assim conseqüentemente, conseguiremos impactar pessoas e transformar vidas por meio da educação. Cumprindo assim o papel da escola que é de democratizar o saber e ser possibilidade de mobilização e ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Moradia: Constituição garante e reforça concretização do direito. Governo Federal, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>. Acesso em: 03, nov., 2023.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. População em situação de rua. Brasil Escola, [20--]. Disponível em: <https://brasilecola.uol>.

com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm. Acesso em 03 de novembro de 2023.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

SILVA. Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 220p., 2006